



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	4.433.072	2.838.734
Disponibilidades	16	21
Disponibilidades	16	21
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.830.031	2.396.528
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.830.031	2.396.528
Títulos e Valores Mobiliários	416.881	256.534
Vinculado a Compromisso de Recompra	416.881	256.534
Relações Interfinanceiras	106.432	103.268
Repasse Interfinanceiros	106.594	103.910
(-) Prov. Perdas em Repasse Interfinanceiro	(162)	(642)
Relações Interdependências	60	65
Numerários em Trânsito	60	65
Operações de Crédito	78.480	81.348
Operações de Crédito	78.537	81.625
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(57)	(277)
Outros Créditos	270	307
Diversos	270	307
Outros Valores e Bens	902	663
Outros Valores e Bens	560	497
Despesas Antecipadas	342	166
Não Circulante	800.707	953.559
Realizável a Longo Prazo	623.544	810.566
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	109.753	485.407
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	109.753	485.407
Títulos e Valores Mobiliários	460.463	258.128
Vinculado a Compromisso de Recompra	310.055	218.904
Vinculado a Prestação de Garantias	150.408	39.224
Relações Interfinanceiras	44.543	57.252
Repasse Interfinanceiros	44.543	57.252
Operações de Crédito	4.928	6.358
Operações de Crédito	4.932	6.380
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(4)	(22)
Outros Créditos	3.857	3.421
Diversos	3.857	3.421
Investimentos	169.676	134.816
Outros Investimentos	169.678	134.818
(-) Provisão Para Perdas em Ações e Cotas	(2)	(2)
Imobilizado de Uso	3.781	3.113
Outras Imobilizações de Uso	7.782	6.367
(-) Depreciações Acumuladas	(4.001)	(3.254)
Intangível	3.706	5.064
Direitos de Uso	13.080	13.080
(-) Amortização Acumulada	(9.374)	(8.016)
Total do Ativo:	5.233.779	3.792.293



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	4.919.048	3.489.840
Depósitos	4.432.862	3.213.363
Depósitos a Vista	179	452
Depósitos a Prazo	4.432.683	3.212.911
Repasse Interfinanceiros	368.317	166.461
Centralização Financeira - Cooperativas	368.317	166.461
Relações Interdependências	0	458
Recursos em Trânsito	0	458
Obrigações Por Empréstimos	107.652	104.968
Empréstimos no País - Outras Instituições	107.652	104.968
Outras Obrigações	10.217	4.590
Sociais e Estatutárias	859	874
Fiscais e Previdenciárias	657	747
Diversas	8.701	2.969
Não Circulante	54.331	65.607
Exigível a Longo Prazo	54.331	65.607
Obrigações Por Empréstimos	49.989	61.912
Empréstimos no País - Outras Instituições	49.989	61.912
Outras Obrigações	4.342	3.695
Diversas	4.342	3.695
Patrimônio Líquido	260.400	236.846
Capital Social	228.619	189.177
Capital de Domiciliados	228.619	189.177
Reservas de Capital	16.782	37.816
Reservas de Capital	16.782	37.816
Reserva de Sobras	5.000	3.667
Reserva Legal	5.000	3.667
Sobras a Disposição da Assembleia	9.999	6.186
Sobras Disposição da Assembleia	9.999	6.186
Total do Passivo:	5.233.779	3.792.293

Rui Schneider da Silva
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - SC 071309/0-3

Francisco Greselle
Secretário



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	2 Semestre 2016	Em Milhares de Reais	
		31/12/2016	31/12/2015
1. Receitas de Intermediação Financeira	313.737	576.407	406.363
(+) Rendas Operações de Crédito	2.246	5.156	4.857
(+) Resultado Operações Títulos Valor Mobiliários	49.654	86.379	47.650
(+) Resulta Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	257.910	476.867	349.112
(+) Resultado Aplicações Compulsórias	3.927	8.005	4.744
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(298.413)	(553.399)	(391.524)
(-) Operações de Captação no Mercado	(294.835)	(545.775)	(385.842)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(4.081)	(8.334)	(5.296)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	503	710	(386)
3. Resultado Bruto da Interm. Financ (1+2)	15.324	23.008	14.839
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(15.305)	(9.639)	(6.580)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	40	68	60
(+) Resultado Parti. Colig. Control	11.100	18.190	13.203
(+) Outras Receitas Operacionais	15.307	44.642	32.674
(-) Despesas de Pessoal	(7.323)	(14.490)	(11.744)
(-) Outras Despesas Administrativas	(7.216)	(13.513)	(12.524)
(-) Despesas Tributárias	(71)	(135)	(93)
(-) Outras Despesas Operacionais	(27.142)	(44.401)	(28.156)
5. Resultado Operacional (3+4)	19	13.369	8.259
6. Outros Resultados	(10)	(10)	(10)
7. Resultado Antes da Tribut. S/ Lucro (5+6)	9	13.359	8.249
Resultado com Associados	9	13.333	8.249
Resultado com Não Associados	0	26	0
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(9)	(9)	0
Provisão para Imposto de Renda	(4)	(4)	0
Provisão para Contribuição Social	(5)	(5)	0
9. Sobras Liquidas do Exercício (7+8)	(0)	13.350	8.249

Rui Schneider da Silva
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - SC 071309/0-3

Francisco Greselle
Secretário



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Milhares de Reais							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas		Sobras ou Prejuízos Acumulados	Totais	
			Legal	Outras		31/12/2016	31/12/2015
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2015	189.177	37.816	3.657	10	6.186	236.846	172.699
1-DESTINAÇÕES		6.186			(6.186)		
2-AUMENTO DE CAPITAL	39.442					39.442	44.282
3-OUTROS EVENTOS:							
Contribuições Monetárias para Reservas		3.000				3.000	3.972
Devolução para Reserva (Baixa de Capital)		2.947				2.947	9.225
Utilização do FEF		(34.500)				(34.500)	(1.168)
4-SOBRA LÍQUIDA DO (PREJUÍZO) PERÍODO					9.999	9.999	6.186
5-DESTINAÇÕES							
Reservas		1.333	1.333			2.666	1.650
SALDO NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2016	228.619	16.782	4.990	10	9.999	260.400	236.846
MUTAÇÕES DO PERÍODO	39.442	(21.034)	1.333	0	3.813	23.554	64.147

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - SC 071309/0-3



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Em Milhares de Reais		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	12.674	7.837
Resultado do Exercício	12.674	7.837
2 - Ajuste Por	1.175.448	371.305
Depreciação / Amortização	2.105	1.949
(Aumento) ou Diminuição Aplicações Interfinanceiras Acima 90 Dias	152.030	(87.463)
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	(207.664)	(236.088)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	4.298	(712)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(399)	(347)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(239)	(174)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	1.219.499	693.295
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	(458)	297
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	6.276	548
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	1.188.122	379.142
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(9)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9)	0
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	1.188.113	379.142
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(25.385)	30.706
Investimentos	(34.860)	(23.845)
Ativo Imobilizado / Diferido	(1.414)	(1.760)
Integralização de Capital	39.442	44.282
Devolução de Capital	0	(1.168)
Devolução de Reservas	2.947	9.225
Contribuição Monetária	3.000	3.972
Utilização do FEF	(34.500)	0
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	192.615	21.913
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	201.855	(84.718)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(9.240)	106.631
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	1.355.343	431.760
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.355.343	431.760
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.177.871	1.746.111
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.533.215	2.177.871

Rui Schneider da Silva
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - SC 071309/0-3

Francisco Greselle
Secretário



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 de Dezembro de 2016
Em Milhares Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma instituição financeira, não bancária de direito privado, regida pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil, Lei nº 5.764/71, Lei nº 4.595/64 que criou o Sistema Financeiro, Lei Complementar 130/2009 e Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, e tem por objetivo propiciar através da mutualidade, a assistência financeira e prestação de serviços tipicamente bancários as filiadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação específica do sistema cooperativo associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade quando aplicáveis. A apresentação dessas demonstrações está em conformidade com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Destacamos que a adoção inicial das normas de convergência contábil introduzidas não apresentou quaisquer impactos, não requerendo ajustes.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Cooperativa observa o regime de competência para registro de suas transações, em cumprimento com as Normas Brasileiras de Contabilidade, ao COSIF e à legislação do BACEN, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

A) Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão representados por valores disponíveis e aplicações financeiras com prazos para resgate inferiores à 90 dias, com a seguinte composição:

Em Milhares de Reais		
Descrição	2016	2015
Disponibilidades		
Caixa		15
	13	
Depósitos Bancários	3	6
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.999.192	1.789.313
Títulos e Valores Mobiliários		
Carteira Própria		
Vinculados a Compromisso de Recompra	383.539	349.249
Vinculados a Prestação de Garantias	150.408	39.224
Relações Interdependências		
Transferências Internas de Recursos	60	65
Total	3.533.215	2.177.871



B) Aplicações interfinanceiras

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado através de provisões.

B.1) Depósitos Interfinanceiros

Descrição	Em Milhares de Reais	
	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
De Curto Prazo	3.830.031	2.396.528
De Longo Prazo	109.753	485.407
Total	3.939.784	2.881.936

B.2) Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Em Milhares de Reais	
	2016	2015
Certificados de Depósitos Bancários		
De Longo Prazo	310.055	218.904
Cotas de Fundos de Investimentos	416.881	256.534
Vinculados a Prestação de Garantias		
De Curto Prazo	0	0
De Longo Prazo	150.408	39.224
Total	877.344	514.662

C) Ativos e Passivos Indexados

As operações ativas e passivas sujeitas a indexação, estão acrescidas dos encargos incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, observando a periodicidade e taxas contratualmente previstas.

C.1) Operações de Crédito

Descrição	Em Milhares de Reais	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados, líquidos de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.		
De curto prazo	78.480	81.348
De longo prazo	4.928	6.358
Total	83.408	87.706

D) Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa em 2016 no montante de R\$ 61 mil (2015 – R\$ 298 mil) foi constituída considerando-se as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais dos créditos e as normas estabelecidas pelo BACEN:



Em Milhares de Reais

Nível de Provisão	Volume de Recursos		Vincendas		Provisão	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
AA	82.122	54.909	82.122	54.909		
A	727	7.358	727	7.358	3	37
B	0	25.539	0	25.539	0	255
C	62	198	62	198	2	6
D	559	0	559	0	56	0
Total	83.470	88.004	83.470	88.004	61	298

E) Outros Créditos

Em Milhares de Reais

Descrição	2016	2015
Devedores por Dep. em Garantia e Outros		
De curto prazo	270	307
De longo prazo	3.857	3.421
Total	4.126	3.728

F) Outros Valores e Bens

Em Milhares de Reais

Descrição	2016	2015
De curto prazo	902	663
Total	902	663

G) Ativos Permanentes

G.1) Investimentos

G.1.1) Investimento em Controlada

A companhia avalia o investimento na controlada Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, pelo método da equivalência patrimonial cujos efeitos estão mencionados na nota explicativa nº 4.1.

G.1.2) Outros Investimentos

Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, do balanço até 31 de dezembro de 1995, para os adquiridos até aquela data e ajustados, quando aplicável, de provisão para perdas.

G.2) Imobilizado

As contas do ativo imobilizado estão registradas ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos:

G.2.1) As aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 1995 estão acrescidas da correção monetária do balanço.



G.2.2) Os bens do imobilizado estão sujeitos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos mesmos: móveis e equipamentos de uso – 10%; sistema de transportes e equipamentos de processamento de dados – 20%.

G.3) Intangível

Os gastos apropriados estão sendo amortizados pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada do mês.

H) Resultado do exercício

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as despesas de manutenção e as receitas de funcionamento são rateadas entre as Associadas desta Central.

4. ATIVO PERMANENTE

4.1. Investimento em Controlada

Participação na investida Sicoob SC Corretora e Administradora de Seguros S/A:

Em Milhares de Reais

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido da investida	60	60
Lucro líquido da investida		
Quantidade de ações representativas do capital social subscrito e integralizado	49.999	49.999
Percentual de participação no capital social da investida	99,998%	99,998%
Resultado de equivalência patrimonial	10	10
Saldo do investimento na controlada, avaliado por equivalência patrimonial em 2016	10	10

4.2. Investimento no Banco Cooperativo do Brasil S/A

Em Milhares de Reais

Descrição	2016	2015
Quantidade de ações integralizadas	72.791	55.967
Percentual de participação no capital da investida	13,00%	11,24%
Participação na investida – em Reais (R\$)	130.120	97.821

4.3. Imobilizado

A) Demonstrativo de custos de aquisições, baixas, depreciação acumulada e valor líquido.

Em Milhares de Reais

Contas	Taxa	Custo	Depreciação Acumulada	2016 Líquido	2015 Líquido
Instalações	04%	152	(11)	142	0
Móveis e Equipamentos	10%	2.415	(827)	1.588	1.283
Sistemas de Comunicação	10%	368	(123)	245	265
Sistema de Proc. de Dados	20%	4.176	(2.720)	1.456	1.353
Sistemas de Segurança	10%	347	(84)	263	174
Sistemas de Transporte	20%	324	(237)	87	39
Total		7.782	(4.001)	3.780	3.113



B) Movimentação do valor contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Contas	Saldo Inicial	Adições	Baixas Líquidas	Em Milhares de Reais	
				Depreciação	Saldo Final
Instalações	0	152	0	(11)	142
Móveis e Equipamentos	1.283	477	0	(172)	1.588
Sistemas de Comunicação	264	13	0	(32)	245
Sistema de Proc. de Dados	1.353	574	0	(471)	1.456
Sistemas de Segurança	174	115	0	(26)	263
Sistemas de Transporte	39	83	0	(35)	87
Total	3.113	1.414	0	(747)	3.780

4.4. Intangível

A) Demonstrativo de gastos incorridos, amortização acumulada e valor líquido.

Contas	Taxa	Gastos Incorridos	Amortização Acumulada	Em Milhares de Reais	
				2016 Líquido	2015 Líquido
Aquisição de outros ativos intangíveis e direitos de uso	10%	11.551	(8.071)	3.480	3.702
Sistema de Proc. Dados - Software	20%	1.529	(1.303)	226	1.363
Total		13.080	(9.374)	3.706	5.065

5. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São compostas, substancialmente, por recursos captados em outras instituições financeiras, repassando aos associados, sujeitos a correção de encargos como segue:

Instituições	Finalidades	Vencimentos	2016		2015	
			Curto Prazo	Longo prazo	Curto Prazo	Longo prazo
HSBC	Repasse	Diversos	13.445	38.582	23.275	49.746
ITAU	Repasse	Diversos	93.902	6.099	81.300	7.514
BADESC	Repasse	Diversos	306	717	393	629
BNDES	Repasse	Diversos	0	4.590	0	4.024
Total			107.653	49.988	104.968	61.913

As obrigações foram atualizadas com juros que variaram entre 2,00 % a 6,50 % ao ano (2016).

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

O saldo de Outras Obrigações no montante de R\$ 14.560 mil (2015 - R\$ 8.284 mil) está representado principalmente por: a) Provisão para Passivos Contingentes, onde R\$ 4.408 mil (2015 - 3.711 mil) são retenções de cooperados e provisão para PIS/COFINS judicial; b) Credores Diversos - País R\$ 4.940 mil (2015 - R\$ 936 mil) representados por créditos de filiadas R\$ 4.491 mil (2015 - R\$ 610 mil) e outros R\$ 449 mil (2015 - R\$ 327 mil); c) provisão para pagamentos a efetuar R\$ 3.694 mil (2015 - R\$ 2.016 mil); d) Sociais e Estatutárias R\$ 860 mil (2015 - R\$ 874 mil); e) Fiscais, Previdenciárias e outros R\$ 657 mil (2015 - R\$ 747 mil).

7. CONTINGÊNCIAS

Existe Ação de Responsabilidade Civil com pedido de restituição de depósito, protocolada em 07 de abril de 1998 por aplicadores da liquidada CREDIFORTE, contra a Central, contra a própria cooperativa e seus administradores e fiscais junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê/SC. A Cooperativa entende, respaldada na opinião dos advogados responsáveis, que não é devido o valor à ação. O montante dado à causa, para efeitos fiscais, na data do ingresso da ação era de R\$ 974 mil.

Em 2010, houve a sentença do juízo da Comarca de Xanxerê condenando a Cooperativa Crediforte e seus dirigentes e conselheiros fiscais, e solidariamente o SICOOB CENTRAL SC/RS. A Central recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça de SC (TJSC) através de recurso de apelação.

Em 14/12/2017, foi julgado em segundo grau pela Câmara Especial Regional de Chapecó, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Recurso de Apelação da Central, sendo que os desembargadores, por unanimidade, decidiram que a Central não tem qualquer responsabilidade pelos atos da administração da CREDIFORTE e por isso não é responsável pelo ressarcimento dos valores aplicados e não devolvidos pela cooperativa aos autores da ação. Ainda, segundo os julgadores do TJ/SC, a Central ágil dentro do seu estrito dever legal de orientação e fiscalização. A responsabilidade pelo ressarcimento aos autores da ação, pela decisão do TJ/SC, é da CREDIFORTE e de seus conselheiros de administração e fiscal.

A admissibilidade de Recursos que porventura venham ser interpostos pelos autores da ação, será analisada pelo TJ/SC em 2017.

PIS e COFINS

A) As Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, implementadas com a Instrução Normativa nº 145 da SRF de 09/12/99 estabeleceram que as contribuições para o PIS e COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Com base em entendimentos jurídicos da Comissão de Legislação e Assuntos Jurídicos da Ancoop, a entidade entende que a sua receita bruta, decorrente integralmente de atos cooperativos não está sujeita ao pagamento da COFINS e do PIS, 4% e 0,65% respectivamente.

A Cooperativa entende também, respaldada na opinião dos advogados responsáveis, que a sua receita bruta não está sujeita ao COFINS e PIS.

Com relação ao COFINS a Cooperativa entrou com ação de mandado de segurança, em 23/03/2001, na Justiça Federal, onde se encontra na 6ª Vara Federal para apreciação do mérito.

B) Em relação ao PIS, a Cooperativa entrou com Ação Declaratória de Inexistência de Débito Fiscal n. 2002.72.00.005365-2 em 11/06/02, na Justiça Federal, onde encontra-se na 5ª Vara Federal, aguardando apreciação do mérito. O montante de PIS em discussão com depósito judicial, atualizado, em 31 de dezembro de 2016 importa em R\$ 1.536 mil (2015 – R\$ 1.357 mil). Entende a administração da cooperativa embasada na orientação de sua assessoria jurídica que os valores depositados, atualizados, serão suficientes para cobertura desta contingência.

C) Em relação ao COFINS, em 2001 o SICOOB CENTRAL SC/RS ingressou na Justiça Federal com um Mandado de Segurança n. 2001.72.00.002681-4, para que fosse declarada judicialmente a não-incidência da COFINS sobre os atos cooperativos. O montante de COFINS em discussão com depósito judicial atualizados, perfazem em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.917 mil (2015 – R\$ 1.693 mil).

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - CNPJ: 80.160.260/0001-63



Entende a administração da cooperativa embasada na orientação de sua assessoria jurídica que os valores depositados, atualizados, serão suficientes para cobertura desta contingência.

PROGNÓSTICOS

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2016, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Tipo da ação	Situação Resumida	Em Milhares de Reais	
		Prognóstico	
		Provável	Possível
		Valor em milhares de reais	Valor em milhares de reais
Ação de Responsabilidade Civil	Em 2010, houve a sentença do juízo da Comarca de Xanxerê condenando a Cooperativa Crediforte e solidariamente a Sicoob Central. A Sicoob Central recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) através de recurso de apelação, ainda não julgado.	0	974
PIS / COFINS até dezembro de 2004	PIS existentes até dezembro de 2004. Consta Depósito Judicial Específico - Situação Aguardando Julgamento STF - Consta Depósitos Judiciais	0	1.535
PIS / COFINS até dezembro de 2004	COFINS existentes até dezembro de 2004. Consta Depósito Judicial Específico - Situação Aguardando Julgamento STF Consta Depósitos Judiciais	0	1.917
Ação indenizatória	Apresentado recurso de apelação que foi distribuído no TJSC. Perda possível		846
Ação Danos Morais	Duas ações. Situação: Requerimento de Indenização a ser arbitrada	0	144
Ação Trabalhista	16 Ações em fase de conhecimento, não sendo possível mensurar valor da causa. Prognóstico: Possível Perda	0	0
Totais		0	5.416



8. PARTES RELACIONADAS

Considerando que a Cooperativa é uma cooperativa central, as operações são realizadas exclusivamente com suas associadas (cooperativas singulares).

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Em Milhares de Reais				
	2016		2015	
	Cooperativas Singulares associadas	%	Cooperativas singulares associadas	%
Operações de Crédito	21.202	9%	15.150	17%
Depósitos	1.592.477	36%	1.121.863	35%
Capital Social	70.398	31%	60.591	32%
Totais R\$	1.684.077		1.197.604	84%

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários apresentando-se da seguinte forma:

Em Milhares de Reais		
BENEFÍCIOS MONETÁRIOS		
Conselho de Administração	Honorários	751.316

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 228.619 mil está dividido em 76.206 mil quotas (2015 - 189.177 mil) de R\$ 3,00 (Três reais) cada, distribuídas entre 41 associadas (2015 - 42 associadas).

9.2 Utilização Reservas FEF

Em abril de 2016, foram destinados recursos do FEF para as filiadas: Sicoob Maxicrédito no montante de R\$ 22.000 mil em decorrência da incorporação da Blucredi; Sicoob São Miguel do Oeste no montante de R\$ 10.000 mil em decorrência da incorporação do Sicoob Coopercred; e Sicoob Justiça no montante de R\$ 2.500 mil em decorrência da necessidade de enquadramento dos limites operacionais e provisionamentos, desenquadrados face a migração de sistemas SICREDI para SICOOB.

10. RATEIO DE SOBRAS/PERDAS

10.1 Rateio de Sobras e Perdas

Por deliberação do Conselho de Administração de 24 de novembro de 1994 e ratificada na reunião dos dirigentes das Cooperativas de Crédito em 25/11/94, as despesas de manutenção e as receitas de funcionamento, são rateadas entre as Associadas desta Central. Esse procedimento determina a inexistência de sobras ou perdas acumuladas ao final do exercício.



10.2 Rateio de Sobras e Perdas

No exercício 2016 ocorreram recebimentos de dividendos, não rateados para filiadas, do Banco Cooperativo do Brasil S/A, e sobras do Sicoob Confederação, no valor total de R\$ 13.350 mil, após as destinações de Balanço, a SICOOB CENTRAL SC/RS apresentou sobras no valor de R\$ 9.999 mil, que será levado à deliberação na A.G.O 2017.

11. RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB.

a) Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.



Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

c) Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado e de Liquidez da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado e de Liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de Liquidez, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

NOTA 12 - RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL - SICOOB.

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;



- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

NOTA 13 – RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIO AMBIENTAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB.

O gerenciamento de risco socioambiental da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, potencializar os resultados econômicos, sociais e ambientais para o negócio, assim como minimizar os riscos e impactos negativos à reputação da cooperativa no exercício de suas atividades e na relação com seus públicos estratégicos.

Conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.327/2014, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, aderiu à proposta de gerenciamento dos riscos socioambientais inerentes às atividades realizadas, a qual encontra-se evidenciada na política de sustentabilidade aprovada pelo Conselho de Administração da Central SC/RS, disponível no sítio www.sicoobsc.com.br

Sob uma estrutura de comitê de sustentabilidade e estratégia, os temas relacionados à sustentabilidade são trabalhados e repassados às cooperativas para implantação e gerenciamento.

Compete ao responsável local na cooperativa Singular o monitoramento dos temas relevantes através de um sistema-padrão desenvolvido para avaliar a aderência da gestão às práticas comprometidas com a sustentabilidade, sendo realizado um monitoramento externo das respostas fornecidas, e emitidas recomendações para o aprimoramento nas práticas.

Os resultados alcançados no sistema de monitoramento, são base para reavaliação das práticas, e tratativas através do comitê de sustentabilidade e estratégia, sendo as ações propostas validadas pelo Conselho de Administração da Central SC/RS e direcionadas às cooperativas para implantação, favorecendo o ajuste constante às demandas socioambientais e boas práticas de mercado, no segmento em que a cooperativa atua.

Florianópolis (SC), 31 de dezembro 2016.

Rui Schneider da Silva
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC – SC 071309/0-3

Francisco Greselle
Secretário